

A municipalização do atendimento supõe a reorganização das políticas públicas e a alteração da cultura política. Partindo do conhecimento das competências e das áreas de atuação paralela de cada ente federativo (União, estados e municípios), do reconhecimento da importância do controle social e da necessidade de garantir a intersetorialidade na concepção e execução dos serviços, necessariamente deve haver um novo desenho das políticas públicas destinadas a garantir a proteção integral às crianças e adolescentes. De acordo com a Constituição Federal, é de competência dos municípios legislar sobre assuntos de interesse local, incluindo legislação tributária e financeira, legislar supletivamente sobre as políticas de educação, cultura, ensino e saúde no que se refere à prestação desses serviços no âmbito local. Quando se trata das políticas destinadas à infância e juventude, a Constituição as estabeleceu como prioritárias adotando a Doutrina da Proteção Integral, em seu artigo 227, na mesma linha dos pactos internacionais como a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude – Regras de Beijing. O Estado se compromete, através de norma constitucional, a assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, colocando-os a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.